N° 44

LEITURAS EM PAUTA

ESTUDO BIBLIOGRÁFICO

ADI 5.043/DF

24 DE MARÇO 2025

#ParaTodosVerem
Texto alternativo disponível

STF
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL



ADI 5.043/DF

Relator: Ministro DIAS TOFFOLI

Investigação criminal e condução por delegado de polícia

Controvérsia constitucional – à luz dos poderes investigatórios do Ministério Público – a respeito de dispositivo da Lei n° 12.830/2013 que prevê a competência do delegado de polícia para, na qualidade de autoridade policial, conduzir investigação criminal por meio de inquérito policial ou outro procedimento previsto em lei, com o objetivo de apurar as circunstâncias, a materialidade e a autoria das infrações penais.

A Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal, do Supremo Tribunal Federal, consciente do seu papel informacional para o desenvolvimento e o aprimoramento dos saberes da Corte, lança o Leituras em Pauta, com o objetivo de sugerir a leitura de títulos relevantes do seu acervo bibliográfico sobre o tema do Processo Destaque que será julgado no Plenário Virtual, do Tribunal. Os interessados na leitura dos documentos que integram o estudo bibliográfico podem solicitar os artigos e capítulos de livros indicados à Biblioteca, por meio do e-mail biblioteca@stf.jus.br.

O estudo bibliográfico foi realizado nas bases de dados assinadas e no banco de dados de gerenciamento de informações da Biblioteca.

Para pesquisar mais documentos sobre o assunto, acesse o CATÁLOGO online da Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal por meio de consulta à página (https://www.stf.jus.br), opção Biblioteca / Consultas / Pesquisa ao Acervo. Essa pesquisa possibilita a busca no acervo das doze bibliotecas integrantes da Rede Virtual de Bibliotecas, da qual o Supremo faz parte, recuperando referências bibliográficas de livros, folhetos, artigos de periódicos, artigos de jornais, entre outros.

ESTUDO BIBLIOGRÁFICO

ABREU, Marcos Araguari de. Breve resenha sobre a Lei 12.830, de 20.06.2013, a atuação da autoridade policial e a posição jurídica do indiciado no inquérito policial dentro do estado democrático de direito. **Boletim IBCCrim**, São Paulo, v. 21, n. 252, p. 11-13, nov. 2013. [1074879] CAM STJ **STF**

BRENE, Cleyson. **Ativismo policial:** o papel garantista do delegado de polícia. Salvador: Juspodium, 2019. 239 p. Conteúdo parcial: Da construção do paradigma garantista à legitimidade da carreira. Atuação garantista do delegado de polícia e ativismo policial. Decisões próprias do delegado de polícia. As decisões do delegado de polícia e a reserva de jurisdição. Os necessários juízos negativos durante a investigação criminal. Sumário disponível em: https://www.senado.gov.br/senado/biblioteca-rotinas/servicos/getDocumento.asp?num=1140992. Acesso em: 20 mar. 2025. [1140992] CAM CLD MJU SEN

CABETTE, Eduardo Luiz Santos; SANNINI NETO, Francisco. Poder requisitório do delegado de polícia e sua abrangência no atual cenário normativo. **Revista Jurídica**, Porto Alegre, v. 62, n. 446, p. 85-91, dez. 2014; **Repertório IOB de Jurisprudência**: civil, processual, penal e comercial, São Paulo, n. 19, p. 695-693, 1. quinz. out. 2015; **Consulex**: revista jurídica, Brasília, v. 18, n. 429, p. 63-65, dez. 2014; **Revista Síntese de Direito Penal e Processual Penal**, Porto Alegre, v. 15, n. 90, p. 226-231, fev./mar. 2015. [1024733] AGU CAM CJF CLD SEN STJ STM TCD TJD TST **STF (DIG)**

COUTO, Luiz Carlos; PEREIRA, Thiago Ribeiro. A reprodução simulada dos fatos é um ato discricionário do delegado de polícia e do encarregado de IPM. **Revista Direito Militar**, v. 22, n. 134, p. 33-36, mar./abr. 2019. [1153606] SEN CAM STJ STM **STF**

DEZAN, Sandro Lucio; PEREIRA, Eliomar da Silva. **Investigação criminal conduzida por delegado de polícia:** comentários à Lei 12.830/2013. Curitiba: Juruá, 2013. 288 p. [1000772] AGU STJ STM TJD

FONTES, Eduardo; HOFFMANN, Henrique COSTA, Adriano Sousa (org.). **Temas avançados de polícia judiciária**. 4. ed. rev., atual. e ampl. Salvador: JusPODIVM, 2020. 366 p. (Coleção carreiras policiais). [1184067] STM TJD

HOFFMANN, Henrique et al. **Polícia judiciária no estado de direito**. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017. xiv, 291 p. [1089364] STJ **STF 341.417 P766 PJE**

LANNA, Carlos Lindenberg Ruiz. Investigação criminal conduzida por delegado de polícia: anotações à Lei n° 12.830/13. **Informativo Jurídico Consulex,** Brasília, v. 27, n. 39, p. 6-8, 30 set. 2013. [989208] CAM STJ **STF**

LIMA, Aline. A utilização do perfilamento criminal, ou criminal profiling, como técnica de investigação pelo(a) delegado(a) de polícia. In: **Direito policial:** temas atuais. Salvador: Juspodivm, 2021. p. 21-34. [1206300] STM **STF 341.37 D598 DPT**

MARTINS, Ives Gandra da Silva. A Lei n° 12.830/2013 e fundamentos de sua constitucionalidade. Inteligência dos artigos 144, §4°, e 129 da Constituição federal, e do Art. 2°, § 1°, da Lei n° 12.830/2013. Funções distintas do ''parquet'' e da polícia judiciária dirigida por delegados. Investigação criminal e a competência exclusiva dos delegados para dirigi-la = Law no. 12,830/2013 and the foundations of its constitutionality. Interpretation of Articles 144, 4th paragraph, and 129 of the Federal Constitution, and Article 2nd, 1st paragraph, of Law no. 12,830/2013. **Revista Magister**: direito penal e processual penal, Porto Alegre, v. 14, n. 82, p. 104-117, fev./mar. 2018. [1129771] CJF SEN STJ STM TJD **STF (DIG)**

MORAES, Bismael Batista; LIMA, Francisco de Camargo. A polícia judiciária, o delegado e o inquérito policial no Brasil. **Revista dos Tribunais,** São Paulo, v. 101, n. 925, p. 267-277, nov. 2012. [962074] CAM CLD MJU SEN STJ STM TCD TJD TST **STF (DIG)**

MOREIRA, Rômulo de Andrade. A nova lei velha sobre a investigação criminal conduzida pela polícia. **ADV Advocacia Dinâmica:** informativo, Rio de Janeiro, n. 26, p. 412-409, 28 jun. 2013. [981170] CAM CJF STJ TJD **STF (DIG)**

SANNINI, Francisco. **Delegado de polícia e o direito criminal**: teoria geral do direito de polícia judiciária. Leme, SP: Mizuno, 2021. 290 p. Conteúdo parcial: A importância da investigação criminal dentro de um estado democrático de direito. Funcionalismo da investigação criminal. Investigação criminal prospectiva. Modelos de investigação criminal: juiz instrutor, promotor investigador e polícia investigativa. Investigação criminal conduzida pelo Ministério Público e sua (i)legalidade. Investigação criminal privada. Polícia judiciária esta funcionalmente vinculada ao sistema de justiça criminal. Delegado de polícia e suas funções materialmente judiciais. Princípios do delegado de polícia natural e as Lei 12.830/13. Poder requisitório do delegado de polícia. Da capacidade postulatória do delegado de polícia. Investigação criminal, contraditório (possível) e ampla defesa. Inquérito policial e seus rótulos: uma revisão necessária. Investigação criminal e o sigilo necessário ao esclarecimento da Notitia criminis. Portaria inaugural do inquérito policial. Indiciamento policial. Valor probatório do inquérito policial. Polícia militar e as atividades de polícia investigativa e judiciária: constitucionalidade. Termo circunstanciado e sua natureza jurídica. [1201134] TJD

THOMAZ, Thiago Hauptmann Borelli. A importância dos trabalhos de polícia judiciária para a manutenção do estado democrático de direito e a investigação criminal presidida pelo delegado de polícia. In: **Temas processuais penais da atualidade**: doutrina e prática: (a visão do delegado de polícia). São Paulo: Letras Jurídicas, 2016. p. 373-400. [1106694] STJ TJD TST **STF 341.43 T278 TPP**

XAVIER, Luiz Marcelo da Fontoura. **Constitucionalização da investigação policial.** Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2020. xv, 570 p. Conteúdo parcial: Reflexões sobre as ativi-

dades do delegado de polícia e a importância da Lei 12.830/2013. Paradigma inquisitivo da investigação policial no Estado autoritário. O paradigma acusatório (democrático) da investigação policial no Estado de direito. Sumário disponível em: https://www.stf.jus.br/arquivo/biblioteca/CapasSumarios/novasaquisicoes/2021/junho/1188047/sumario.pdf. Acesso em: 20 mar. 2025. [1188047] TJD **STF 341.4331 X3 CIP**

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF
Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação – SAE
Coordenadoria de Biblioteca – CBIB
Referência de Circulação

EQUIPE RESPONSÁVEL PELO ESTUDO BIBLIOGRÁFICO
Aline Lima Matos
Leiber Cipriano Pinheiro
Márcia Soares de Oliveira Vasconcelos

CAPA E PROJETO GRÁFICO
Flávia Carvalho Coelho Arlant

DIAGRAMAÇÃO
Leonardo Ramsés Cunha Oliveira

